

# Oficina de Trabalho



**FUNAI/GTZ**  
**Brasília, 13 a 15 de Setembro de 1995**

## **Oficina de Trabalho**

### **FUNAI/GTZ**

#### **I - Identificação da Oficina**

- **Data de realização:** 13 a 15 de setembro de 1995
- **Participantes:** Lista em anexo
- **Local de realização:** Centro de Treinamento do IBAMA
- **Promoção:** FUNAI e GTZ
- **Moderadoras:** Mara Vanessa Fonseca  
Maria Odília A. Ribeiro de Oliveira

#### **II - Apresentação dos Participantes**

Devido ao fato de nem todos os participantes se conhecerem, procedeu-se inicialmente a sua apresentação, utilizando-se a técnica de “entrevista aos pares”. Para evitar que as entrevistas se dessem entre pessoas já conhecidas foi distribuída uma ficha para cada participante, sendo que em cada uma delas estava escrita a metade de um ditado popular. Os pares se formaram a partir da complementação dos ditados. Após a entrevista, cada entrevistador apresentou seu colega a todo o grupo. Tendo em vista o grande número de presentes e o pouco tempo disponível não foi realizada a visualização desta fase.

Este momento teve como objetivo não apenas propiciar o conhecimento e integração dos participantes como facilitar a descontração do

grupo. No segundo dia, atendendo a uma solicitação do Comitê de Avaliação, os participantes colocaram em um painel seu nome e o local de trabalho.

<b>Nome</b>	<b>Onde Trabalha</b>
Alfredo	APIR/RR
Ana Lange	MMA/SCA
Antonio Gomes	FUNAI/ADR do Araguaia/MT
Caetano	FUNAI/ALTAMIRA
Carmen Tereza Florêncio	IBAMA/Divisão de Gerenciamento das Unidades de Conservação (Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas)
Gersem dos Santos Luciano	FOIRN/Rio Negro - Fed. das Org. Indígenas do Rio Negro - São Gabriel da Cachoeira/Amazonas
João Melo Farias	FUNAI/ADR Atalaia do Norte/AM
José Adalberto Silva	Conselho Indígena de Roraima - CIR - Boa Vista/RR
José Augusto	FUNAI/SEDE - Departamento de Desenvolvimento Comunitário
José Francisco	FUNAI/São Gabriel da Cachoeira/AM
Lidio	FUNAI - ADR/Gurupi
Luiz Augusto Mesquita de Azevedo	Centro dos Trabalhadores da Amazônia - CTA/Acre
Luzia da Costa Caldas	FUNAI - ADR - Tabatinga/AM
M <sup>a</sup> Eliza R. R. Leite	FUNAI - DPI/Bsb
Marcelo	Comissão Pró-Índio do Acre
Meirelles	Comissão Pró-Índio/AC
Neila	FUNAI/CGPE
Nilton	PESACRE
Noraldino V. Cruvinel	FUNAI/Bsb - DID
Otilia Escossia	FUNAI/Bsb - CGEP
Regina	D.F.U./ADR/Belém
Roberto	FUNAI/Marabá
Ronaldo	FUNAI/Acre
Sabá Manchineri	COIAB
Sandra Ayres	FUNAI/Bsb - CGPE
Sinval	Poema/PR
Slowacki	CGPE/FUNAI/Bsb
Virginia	CTI/SP

### **III - A Técnica de Visualização**

A utilização da técnica de visualização foi determinada pela opção por uma metodologia de trabalho participativo.

As vantagens da utilização dessa técnica foram repassadas ao grupo, por meio de painel com a seguinte configuração:

#### Vantagens da Visualização

Facilita a participação

Registra todas as contribuições

Facilita a estruturação das discussões

Apoia a apresentação dos resultados

Para a elaboração das fichas, foram feitas algumas recomendações:

#### Recomendações para a escrita

Letra legível

Escrever de forma concisa e objetiva

Uma idéia por ficha

No máximo 4 linhas

### **IV - Comitês Diários**

Tendo como meta envolver os participantes na condução dos trabalhos da Oficina, foi proposta a criação do comitê diário.

As funções do comitê foram apresentadas por meio do seguinte painel:

### Funções do Comitê

<b>1. Avaliar</b>		
<b>Passos</b>	<b>Para quê?</b>	<b>Regras</b>
Observar	Elaborar um registro diário das opiniões	Ouvir opinião de todos os participantes
Refletir	Fornecer elementos para programação	Revisar as atividades do dia anterior
Analisar		Apresentar a avaliação de forma visualizada
Comentar o dia anterior		Indicar o comitê do dia seguinte

<b>2. Apoiar</b>
Cobrir painéis
Racarregar pincéis
Arrumar as salas
Colar fichas
etc...

<b>3. Desconstrair o Grupo</b>
Contar uma piada
cantar uma música
Fazer uma dramatização
Fazer um jogo
etc...

Apresentaram-se como voluntários para integrar o Comitê de Avaliação:

#### 1º dia

- Sandra, José Augusto, Ronaldo, Joel, Noraldino

#### 2º dia

- Meirelles, Regina, Ana, Virgínia, Roberto e Marcelo

E o Comitê de Apoio:

#### 1º dia

- Serejo, Caetano, João Melo, José Francisco, Luzia

#### 2º dia

- Slowacki, Lídio, Gersem, Alfredo, Carmen

### V - Objetivos da Oficina

Os objetivos definidos para a Oficina foram apresentados, consultando-se o grupo sobre sua concordância em trabalhar no sentido de obtê-los.

Como não houvesse nenhuma manifestação em contrário, foram mantidos os seguintes objetivos:

- Elementos para elaboração de Proj. Ambiental/Desenv. Sustentável para áreas indígenas propostos.
- Critérios para seleção de áreas indígenas estabelecidos.
- Áreas indígenas para desenvolvimento do projeto prioritizadas.

### VI - Programa

<i>Dia</i> \ <i>Hora</i>	<i>08:30 às 10:30</i>	<i>10:45 às 12:00</i>	<i>14:00 às 16:00</i>	<i>16:15 às 18:00</i>
<i>Dia 13</i> <i>4ª Feira</i>	PPG-7, PPTAL e Piloto Ambiental: pequeno histórico	Apresentação Expectativas Objetivos	Cooperação Técnica	Elementos para projeto ambiental
<i>Dia 14</i> <i>5ª Feira</i>	Dificuldades Possibilidades da Coop. Técnica	Plenária	Proj. Piloto/limites da Coop. Técnica Critérios de seleção de áreas	Plenária
<i>Dia 15</i> <i>6ª Feira</i>	Levantamento de possíveis áreas. Priorização das áreas	Continua	Continua	Avaliação Encerramento

A necessidade de nivelamento de informações dos participantes levou a que se previssem diversos momentos destinados a exposições. A manhã do primeiro dia foi, portanto, dedicada à apresentação do

PPG-7, PPTAL e Projeto Piloto Ambiental e ainda da Cooperação Técnica. A tarde deste mesmo dia iniciou com a exposição de uma experiência de projeto ambiental na África, exposição esta que teve como objetivo não determinar um modelo de intervenção a ser apropriado para a Amazônia, mas sim mostrar uma forma alternativa de se trabalhar o tema.

Uma nova exposição ocorreu no segundo dia, com a explanação sobre os limites da Cooperação Técnica.

A primeira tarefa dos sub-grupos, ou seja, o levantamento de elementos que deveriam constar de um projeto ambiental/desenvolvimento sustentável em área indígena, visava obter um consenso do grupo quanto ao tema, de uma forma prática, evitando-se, assim, discussões teórico-conceituais.

Apesar de todos estes esforços e ainda dos diversos esclarecimentos e discussões oportunizados em plenária, não se alcançou, segundo alguns participantes, o produto que se desejava - o nivelamento das informações.

O programa previa, ainda, que os sub-grupos listassem as dificuldades de operacionalização dos elementos do projeto ambiental e as contribuições que a Cooperação Técnica poderia aportar na superação dessas dificuldades. Com todos estes elementos, acreditava-se que o grupo teria condições não apenas de elaborar critérios de seleção de possíveis áreas de atuação do projeto como também priorizá-las.

Para o desenvolvimento deste programa, as moderadoras definiram as técnicas a serem empregadas e o material a ser utilizado.

Entretanto, com o decorrer da Oficina, verificou-se não ser possível seguir o programa exatamente da forma como havia sido planejado, tendo sido necessário proceder a sua reformulação. As modificações introduzidas serão registradas ao longo deste relatório.



## VII - Apresentação do Projeto

O Coordenador da Coordenadoria Geral de Projetos Especiais - Artur Nobre - apresentou o PPG-7 e o PPTAL e a Sra. Sandra Ayres, Coordenadora do CTA completou sua exposição, fornecendo algumas informações a respeito do Projeto Piloto Ambiental.

Em sua explanação, o Sr. Coordenador, após abordar os objetivos do PPG-7 e PPTAL, fez um relato de seu histórico, mostrando as negociações realizadas desde 1990, quando a cúpula do G-7 decidiu apoiar a proteção das florestas tropicais.

A seguir, apresentou o organograma do PPG-7, mostrando as relações das diversas instituições envolvidas na implementação deste Projeto. Por esse instrumento, verifica-se a posição da FUNAI, responsável pelo desenvolvimento do Projeto Terras Indígenas ou PPTAL.

No que se refere ao PPTAL, constata-se, pelas informações fornecidas, que as negociações se iniciaram em 1992, quando o Projeto entra no ciclo de projetos do Banco Mundial.

Continuando, o Sr. Coordenador detalhou os componentes do PPTAL e apresentou seu organograma, demonstrando a localização deste projeto dentro da estrutura da FUNAI. Informou sobre os instrumentos legais já formalizados e os recursos financeiros previstos.

E concluiu, alertando para o fato de ter sido estipulado o prazo de 5 anos e meio para a execução do PPTAL.

Esta palestra foi baseada em transparências transcritas a seguir:



**PROGRAMA PILOTO PARA A  
PROTEÇÃO DAS FLORESTAS  
TROPICAIS DO BRASIL**

**PP-G7**

**PROJETO INTEGRADO DE PROTEÇÃO  
DAS TERRAS E POPULAÇÕES  
INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL**

**PPTAL**

# OBJETIVOS

## PP-G7

*CONSERVAR A BIODIVERSIDADE, REDUZIR AS EMISSÕES DE CARBONO E PROMOVER UM MAIOR CONHECIMENTO DAS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS DA FLORESTA TROPICAL*

## PPTAL

*CONTRIBUIR PARA A PROTEÇÃO DAS ÁREAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL ATRAVÉS DO MELHORAMENTO E DA CONSERVAÇÃO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS*

# HISTÓRICO I

## ***1990 - HOUSTON (JULHO)***

Reunião de cúpula do G7  
ALEMANHA, CANADÁ, ESTADOS UNIDOS, FRANÇA, ITÁLIA,  
JAPÃO E REINO UNIDO  
Decidem apoiar a proteção das florestas tropicais  
Brasil - criação de Comissão Interministerial para preparar a proposta preliminar

## ***1991 - LONDRES (JUNHO)***

Reunião do G7  
Analisam a proposta e renovam o compromisso e concordam em financiar um PROGRAMA PILOTO

## ***1991 - GENEVRA (DEZEMBRO)***

Reunião entre o Brasil e o G7  
Definidos US\$ 250 milhões para o PROGRAMA sendo:  
US\$ 50 milhões - fundo central  
US\$ 200 milhões - co-financiamento

Decidem a participação do Banco Mundial e criação do RFT-"Rain Forest Trust Fund"

## ***1992 - DECRETO NÚMERO 563/92, DE 05 DE JUNHO DE 1992***

Institui o Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais e cria a Comissão de Coordenação  
- Secretaria Executiva  
Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal  
- Secretarias Técnicas  
Instituições Executoras

## HISTÓRICO II

### ***1992 - PROJETO DE TERRAS INDÍGENAS NA FUNAI***

O Projeto entra no ciclo de projetos do Banco Mundial

### ***1992 - MISSÃO DO WORLD BANK (MAIO)***

Início de preparação técnica do Projeto

### ***1992 - MISSÃO CONJUNTA WORLD BANK E KfW (AGOSTO)***

Preparação técnica do Projeto

### ***1992 - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO PROGRAMA (DEZEMBRO)***

Aprovação da proposta técnica pela Comissão

### ***1993 - MISSÃO DE "PRÉ-AVALIAÇÃO" (OUTUBRO)***

Missão conjunta do World Bank e KfW

### ***1993 - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO PROGRAMA (OUTUBRO)***

O Projeto retorna à Comissão com alterações propostas pelo Itamaraty e é aprovado de forma definitiva

### ***1994 - "APPRAISAL" (ABRIL)***

Missão conjunta e aprovação final da proposta técnica pelo World Bank e KfW

### ***1994 - NEGOCIAÇÃO EM WASHINGTON (AGOSTO)***

A negociação prevista não é finalizada pela inclusão pelo Banco Mundial de cláusulas de obrigatoriedade de Reassentamento.

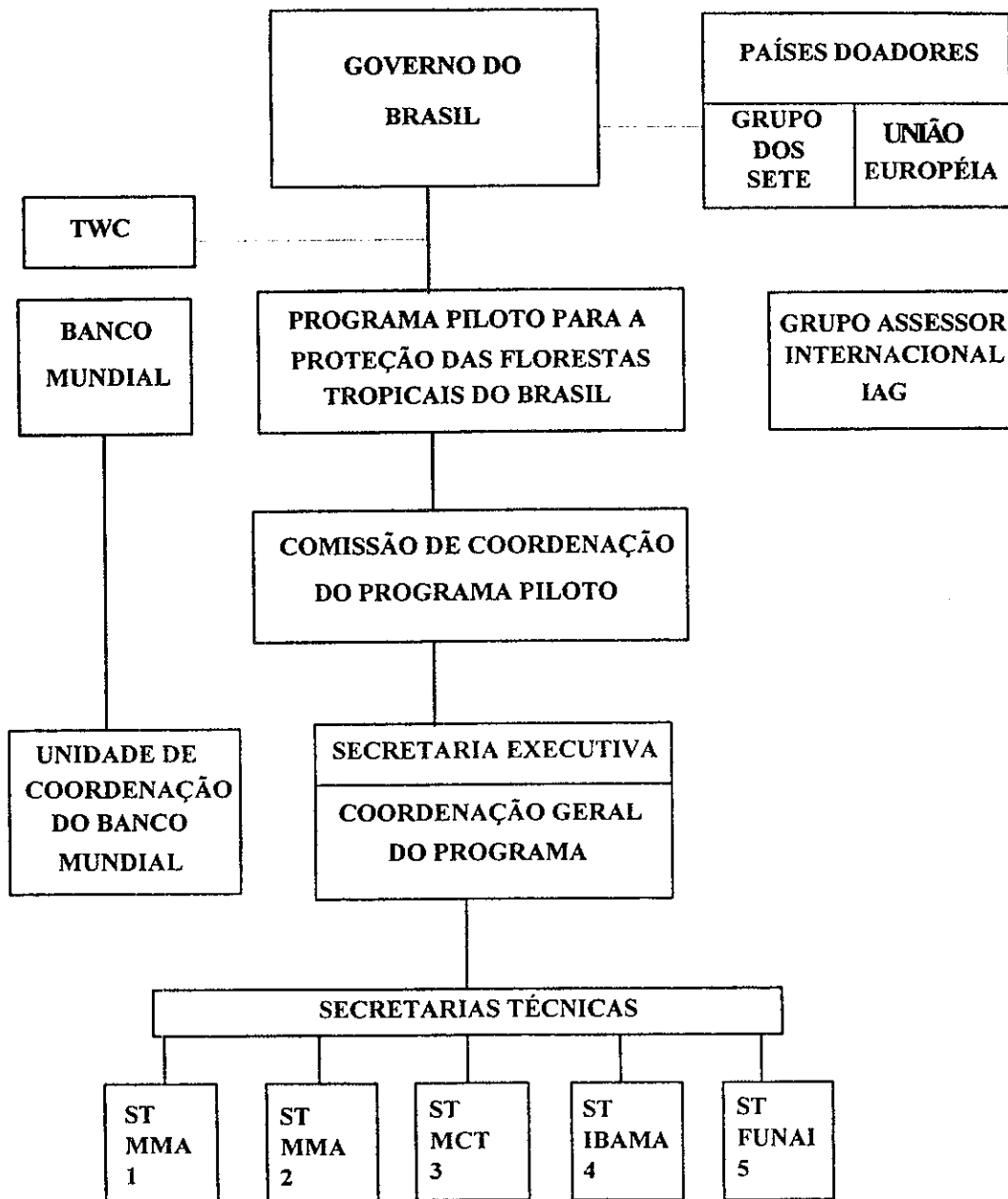
### ***1994 - SOLUÇÃO DO IMPASSE (DEZEMBRO)***

A FUNAI, com o conhecimento de representantes indígenas, assume a responsabilidade pela demarcação das terras Raposa Serra do Sol e Cachoeira Seca, retirando-as do Projeto.

### ***1995 - NEGOCIAÇÃO CONCLUÍDA NO BRASIL (MARÇO)***

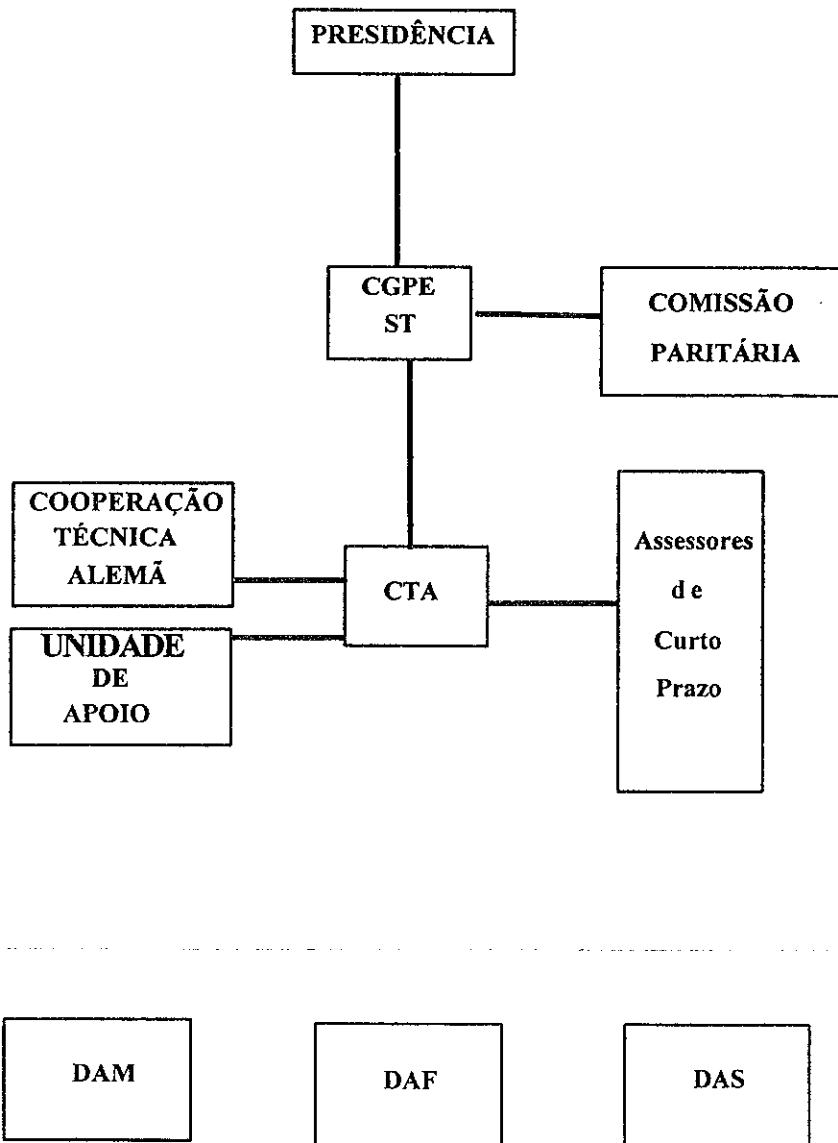
# ORGANOGRAMA

## PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL



1. Sub-Programa de Política de Recursos Naturais
2. Projeto Demonstrativo Tipo A
3. Projeto Ciência e Tecnologia
4. Projeto Reservas Extrativistas
5. Projeto Terras Indígenas

# ORGANOGRAMA



# COMPONENTES DO PROJETO

## *I. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA*

1. Identificação de 42 áreas e revisão de 04 áreas indígenas
2. Demarcação e regularização fundiária de 58 áreas indígenas
3. Avaliação ambiental das áreas demarcadas pelo projeto

## *II. VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO DE ÁREAS INDÍGENAS*

1. Planos de vigilância e proteção para as áreas demarcadas pelo projeto

## *III. ESTUDOS E CAPACITAÇÃO*

1. Capacitação
  - 1.1. Cursos de Indigenismo (5)
  - 1.2. Laboratório de Geoprocessamento
2. Estudos
  - 2.1. Legislação e Política Indigenista
  - 2.2. Metodologia de Avaliação Ambiental e Perfil do Técnico Ambiental
  - 2.3. Alternativas e Métodos de Demarcação

## *IV. APOIO À GERÊNCIA*

1. Coordenação e Administração
2. Monitoria
3. Avaliação



## INSTRUMENTOS LEGAIS

- ♦ ACORDO BILATERAL - INTERGOVERNAMENTAL ENTRE O BRASIL E A ALEMANHA - assinado em 06 de abril de 1995
  
- ♦ CONTRATO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA COM O KfW - assinado em 07 de abril de 1995
  
- ♦ ACORDO EM SEPARADO - FUNAI, MMA E KfW - assinado em 07 de abril de 1995
  
- ♦ ACORDO DE DOAÇÃO COM O WORLD BANK - RFT (GRANT AGREEMENT) - assinado em 06 de julho de 1995
  
- ♦ CONVÊNIO ENTRE FUNAI E MMA - aguarda assinatura

## RECURSOS FINANCEIROS

- ♦ US\$ 2,1 MILHÕES RFT
- ♦ DM 30 MILHÕES (US\$ 16,6 MILHÕES) KfW
- ♦ US\$ 2,2 MILHÕES GOB

## DURAÇÃO

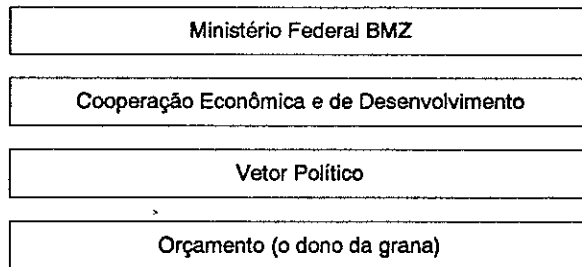
- ♦ 05 ANOS E MEIO (1995 A 2000)

## RECURSOS E FONTES

<i>Componente</i>	<i>Fontes</i>			<i>Total</i>
	<i>KfW<sup>1</sup></i>	<i>RFT</i>	<i>GOB</i>	
<i>1. Regularização Fundiária</i>	<i>14,4</i>		<i>2,2</i>	<i>16,6</i>
<i>2. Planos de Vigilância</i>	<i>1,6</i>			<i>1,6</i>
<i>3. Estudos e Capacitação</i>	<i>0,6</i>	<i>1,0</i>		<i>1,6</i>
<i>4. Gerenciamento</i>		<i>1,1</i>		<i>1,1</i>
<b><i>TOTAL</i></b>	<b><i>16,6</i></b>	<b><i>2,1</i></b>	<b><i>2,2</i></b>	<b><i>20,9</i></b>
<i><sup>1</sup> Marcos Alemães (DM) convertidos a taxa de US\$ 0,55. Total de DM 30 milhões</i>				

## VIII - Cooperação Financeira e Cooperação Técnica

A apresentação da Cooperação Financeira e da Cooperação Técnica foi feita pelo Sr. Consultor da GTZ, por meio do seguinte painel:



### Cooperação Financeira

Financiar Projetos de Sustentação do Desenvolvimento

DM x 0.000.000,00  
DM y 0.000.000,00

Através de

Empréstimos a condições favoráveis

Doações

Gerenciador alemão

Kreditanstalt für Wiederaufbau

Avaliar tecnicamente solicitações

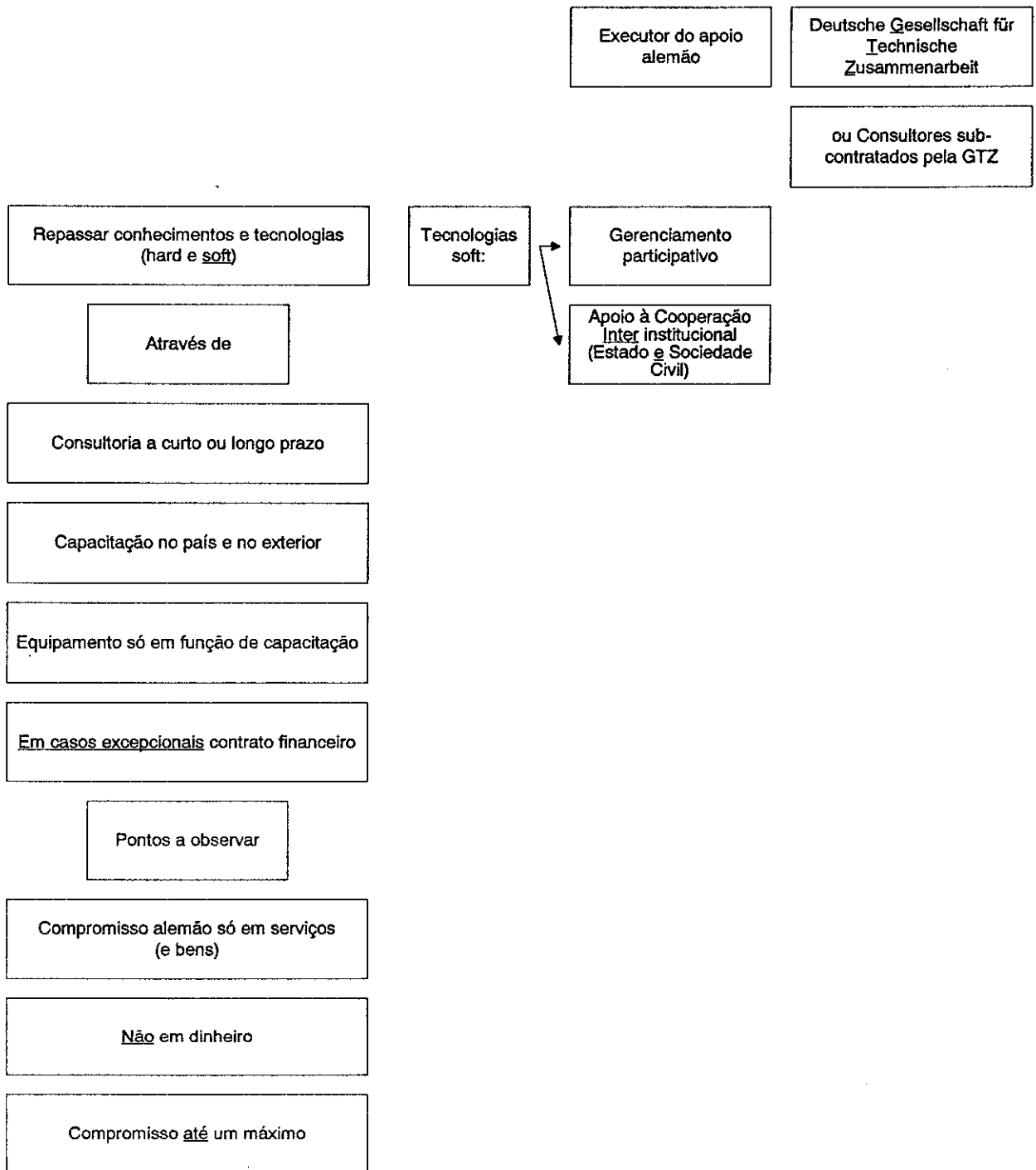
Monitorar execução

Consultor independente (cão de guarda do KfW)

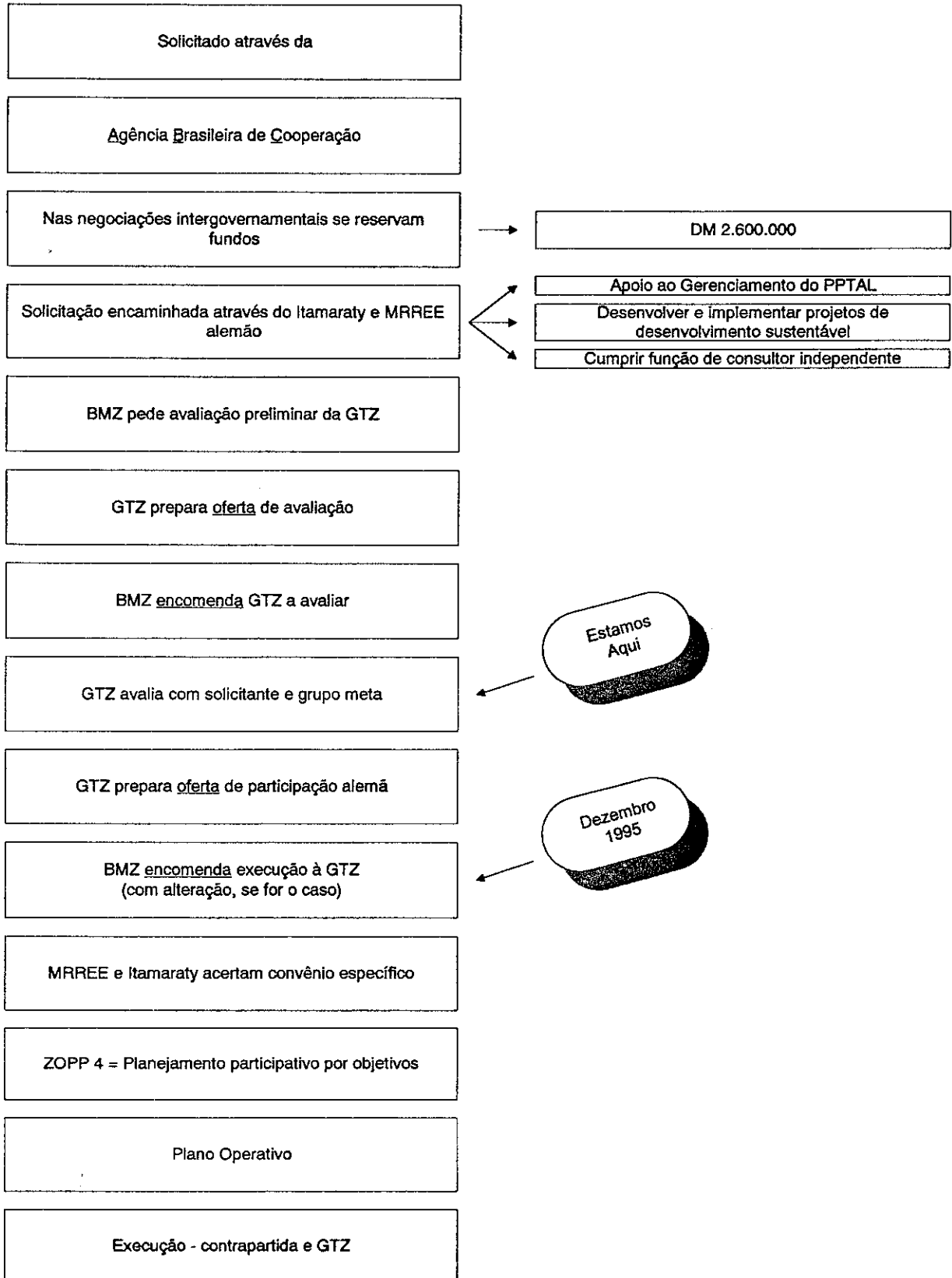
Monitorar em campo execução do projeto de Cooperação Financeira

Avaliar sucesso

### Cooperação Técnica



**Procedimento**



## **IX - Uma Experiência de Cooperação**

Helmut Eger, Setorialista da GTZ de Desenvolvimento Sustentável, apresentou uma experiência de etnozoneamento em Burkina Faso, África, utilizando slides e transparências.

Segundo sua exposição, naquela região a densidade populacional é de 1 a 5 habitantes/Km<sup>2</sup> e cada família trabalha de 1 a 5 hectares. A principal atividade econômica é a agricultura, sendo a pecuária pouco representativa. Quanto às condições climáticas, há a alternância de períodos de seca com inundações. A aldeia, foco do projeto de Cooperação, tem aproximadamente 1600 habitantes e seu solo, ao início do trabalho ali desenvolvido, apresentava-se bastante erodido.

A tentativa do projeto - executado por extensionistas locais - de realizar um planejamento participativo não funcionou, apesar dos inúmeros seminários e reuniões, porque: as unidades de planejamento (a nível central) mudavam com o tempo e sobretudo porque a população local tinha seu próprio ritmo, suas obrigações cotidianas, e não incorporavam as novas atividades.

A questão passou a ser como se introduzir um planejamento que partisse do conhecimento da população local sobre sua área. As pessoas chamavam os lugares pelos nomes que conheciam (classificação tradicional), não pelos nomes científicos. Mas como “ler” e identificar esses lugares nos mapas? Como fazer esse etnozoneamento?

O projeto passou a trabalhar com fotografias aéreas, inicialmente na escala de 1/50.000; não funcionou porque as pessoas não viam seu entorno, não se localizavam. Passou-se a uma escala de 1/5.000, 1/10.000, o que possibilitou aos habitantes identificar sua casa, sua roça, entrar em detalhes.



A população não utilizou as fotos para planejar, mas para se comunicar com os extensionistas; mostravam os lugares e explicavam sua classificação tradicional. Através dessas discussões foi possível introduzir melhorias no sistema de produção visando o desenvolvimento sustentável na luta contra a erosão e a degradação do solo.

Foram 6 anos de trabalho até se chegar ao planejamento de fato participativo (usando as fotos aéreas) e 3 a 4 anos para implementar as ações que recuperaram o solo da região. Só quando a população pode ver seu entorno, reconhecer o problema e sua dimensão é que se dispôs a implementar medidas de melhoria. Estas medidas eram simples, tecnologias adaptadas, locais e deram bons resultados.

Helmut Eger falou, ainda, dos diferentes instrumentos para levantamento ambiental e da importância de se selecionar bem o instrumento que permita de fato a participação da população envolvida. Acentuou a importância dessa fase de levantamento e planejamento em qualquer projeto, já que o sucesso da implementação das atividades decorre desse primeiro momento.

Houve um pequeno debate no qual os participantes pediram algumas informações adicionais sobre a área e lembraram que já há experiências de etnozoneamento sendo feitas no Brasil; também, falaram da dificuldade de se pensar em algo assim (fotos aéreas em pequena escala) quando se trata de áreas indígenas de grandes dimensões e ainda da dificuldade de idioma. Helmut explicou que a barreira do idioma também existia no projeto de Burkina Faso e era preciso contar com pessoas do grupo que falassem o francês - língua do colonizador - e servissem como intérpretes do idioma local.

Após a apresentação desta experiência, os participantes passaram à primeira fase do trabalho de grupo, buscando responder à questão “O que um projeto ambiental de desenvolvimento sustentável em área indígena deve contemplar?”

## **X - Desenvolvimento do Trabalho**

### **X.1. - Elementos para um projeto ambiental**

Para se atingir o primeiro objetivo da Oficina - elementos para projeto ambiental/de desenvolvimento sustentável para áreas indígenas propostos - pediu-se ao grupo que se dividisse em 3 sub-grupos e respondesse à seguinte pergunta:

***O que um projeto ambiental/de desenvolvimento sustentável em área indígena deve contemplar?***

Para responder esta pergunta, o grupo foi orientado no sentido de seguir os passos abaixo:

- Escrever, individualmente, em fichas, as respostas à pergunta acima.
- Afixar as fichas no painel
- Retirar as fichas que repetem a mesma idéia
- Discutir as idéias do painel visando obter o consenso do grupo
- Complementar o painel

Este exercício pretendia não só obter sugestões dos participantes a respeito do tema em pauta como também propiciar a que o grupo chegasse a um consenso sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, partindo das experiências de cada um e evitando discussões teóricas.

O primeiro grupo, composto por Sabá Manchineri, Ronaldo, Caetano, Alfredo, Virgínia, José Augusto, André, Helmut, Otília, Neila e Nilton apresentou o seguinte quadro:



**O que um Projeto Ambiental/Desenvolvi/Sustentável em área Indígena deve contemplar?**

**Condições prévias**

- |   |   |
|---|---|
| 1. Não modificar o sistema cultural dos povos indígenas                 | 4. Harmonia entre o uso e a preservação dos recursos naturais |
| 2. Deve partir do conhecimento profundo do público e do ambiente        | 5. Contemplar as questões de gênero                           |
| 3. Deve obedecer aos limites impostos pelas características do ambiente |   |

**Análises prévias**

- |  |   |
|--|---|
| 1. A partir de uma avaliação prévia eleger as tendências da sociedade e potencialidades da área alvo do projeto                          | 8. Identificação dos recursos naturais não renováveis   |
| 2. Identificação do potencial de recursos naturais renováveis  | 9. Diagnóstico sócio ambiental da situação atual da área objeto                                       |
| 3. Mapeamento da localização e distribuição dos recursos utilizados pelo grupo   | 10. Diagnóstico sócio ambiental do entorno de área objeto   |
| 4. Analisar se dentre os recursos tradicionalmente utilizados pelo grupo existe potencial econômico                                      | 11. Análise de problemas e potenciais das áreas   |
| 5. Identificação de áreas degradadas   | 12. Análise participativa de áreas de trabalho  |
| 6. Tendo como base um levantamento dos recursos naturais renováveis ou não estabelecer em conjunto com sociedade indígena as prioridades | 13. Deve ser baseado na experiência/conhecimento do grupo alvo  |
| 7. Sobreposição de conhecimento técnico-científico e etnociência   | 14. Diagnóstico sócio-econômico   |
|  | 15. Conhecimento do manejo tradicional indígena   |
|  | 16. Entender diferentes formas de uso tradicional (manejo) dos recursos existentes na área pelo grupo |
|  | 17. Zoneamento dos recursos tradicionalmente explorados   |

**Participação**

- |   |   |
|---|---|
| 1. Valorização das atividades já desempenhadas          | 5. Manutenção da comunidade de forma mais organizada              |
| 2. Auto gestão  | 6. A população beneficiada deve estar apta à condução do processo |
| 3. Prever/possibilitar a participação de cada indivíduo | 7. Conhecimento do projeto pela comunidade                        |
| 4. Participação efetiva da comunidade                   |   |

**Parcerias**

- |   |   |
|---|---|
| 1. Desenvolver mecanismos de cooperação horizontal e vertical | 3. Programa educativo de conscientização ambiental (comunidade)   |
| 2. Serviços técnicos especializados                           | 4. A proposição de programa de atendimento de saúde em paralelo às atividades de elaboração e implementação/Projeto |

**Capacitação**

- |   |   |
|---|---|
| 1. Desenvolver programa de capacitação social, técnico, administrativo  | 3. Tecnologias apropriadas e apropriáveis   |
| 2. Capacitação de pessoas escolhidas pelo grupo para o uso e manutenção de todo, se possível, equipamento necessário à implementação do Projeto | 4. Repasse de conhecimento/tecnologia no sentido da autonomia dos povos indígenas |

**Identificação da(s) Atividade(s)**

- |   |  |
|---|--|
| 1. Análise dos mercados   | 6. Zoneamento das áreas potenciais em vime                 |
| 2. Identificação da vocação econômica da região                   | 7. Zoneamento de castanhais e seringais                    |
| 3. Psicicultura - com prévio controle sobre atividades de garimpo | 8. Coleta de folhas de jaborandi                           |
| 4. Projeto de bovinocultura                                       | 9. Projeto de preservação de animais ameaçados de extinção |
| 5. Programa de apoio às atividades da mulher indígena             | 10. Apicultura   |

**Sugestões/Estratégias**

- |  |  |
|--|--|
| 1. Não gerar dependência de tecnologia e equipamentos              | 5. Um programa de preservação do meio ambiente         |
| 2. Repeito à realidade local                                       | 6. Viabilidade econômica                               |
| 3. Nova alternativa econômica                                      | 7. Sintonia entre produção/comercialização             |
| 4. Deve produzir e divulgar conhecimentos e experiências (o grupo) | 8. Alternativas econômicas adaptadas à realidade local |
|  | 9. Garantir o reinvestimento na produção               |

**Objetivo Superior**

- |   |                                      |
|---|--------------------------------------|
| 1. Ter como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas            | 3. O projeto adotado pela comunidade |
| 2. Garantir um ambiente saudável, que proporcione a manutenção e incremento da vida |                                      |

Elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável para cada área

Cenário de desenvolvimento sustentável

Na plenária para apresentação dos trabalhos o Grupo 1 explicou não ter eliminado fichas com a mesma idéia e nem discutido a organização final do painel; por isso algumas idéias se repetem e algumas fichas necessitaram de explicação adicional. Por exemplo, no item “Parcerias”, o Grupo frisou a idéia de que os projetos devam ser desenvolvidos sempre em sistema de parcerias que envolvam distintas instituições e organizações. A ficha, entretanto, restringe-se à palavra “Parcerias”.

O painel do Grupo 2, do qual participaram Sandra, Joel, Ana, Sinval, Regina, Antônio, César, Meirelles, Noraldino, Marcelo e Lídio, foi assim organizado:



**O que um Projeto Ambiental/Desenvolvi/Sustentável em área Indígena deve contemplar?**

**Qualidade de vida**

- |  |   |
|--|---|
| 1. Promoção social do grupo  | 3. Independência/Autonomia econômica do Grupo |
| 2. Melhorar a qualidade de vida da população atendida (saúde + educação + sustentação) |   |

**Conhecer com detalhes o ecossistema**

- |   |   |
|---|---|
| 1. O conhecimento ambiental do grupo sobre a área   | 4. O sistema de exploração da área pelo grupo |
| 2. Identificação do potencial de fontes proteínicas (caça e peixe, prod. flor.). Protegê-la + conscientemente | 5. Reconhecer a forma de uso do território    |
| 3. Identificação de recursos naturais   |   |

**Cultural**

- |  |  |
|--|--|
| 1. Estudos e pesquisas sobre a organização social, cultural e econômica do grupo tribal                      | 4. Assegurar plenamente os costumes e tradições do grupo               |
| 2. Identificação de costumes tradicionais que não podem mais ser praticados por limitação da área (soluções) | 5. O usufruto pleno dos recursos naturais existentes na Terra Indígena |
| 3. Respeitar as características culturais do grupo atendido  |  |

**Planejamento**

- |  |  |
|--|--|
| 1. Aproveitar tecnologia empírica mas que funciona                                 | 6. Trabalhar com interlocutores legítimos                                    |
| 2. Considerar as relações do grupo com a sociedade envolvente                      | 7. Contemplar ações de curto, médio e longo prazo                            |
| 3. Elaborado no local a ser executado  | 8. Garantir a participação de pessoas com experiência prolongada com o grupo |
| 4. A participação da comunidade em todos os níveis de elaboração do projeto.       | 9. Fortalecer utilização diversificada do conjunto de recursos naturais      |
| 5. Participação efetiva dos índios na gestão, monitoramento e avaliação do projeto | 10. Viabilizar a recuperação de áreas degradadas                             |

**Geração de Renda**

- |   |  |
|---|--|
| 1. Inserção dos produtos em mercados local e regional | 3. Melhoria da produção dos produtos que são só para comercialização |
| 2. Análise de mercado                                 | 4. Geração de excedente da produção                                  |

**Estratégia**

- |  |  |
|--|--|
| 1. Regularização fundiária da terra destinada ao grupo indígena                                  | 3. Contribuir para a manutenção da integridade territorial |
| 2. Formulação/adequação de práticas regionais e nacionais que garantam viabilidade e sustentação |  |

O Grupo 3 com Luiz, Elisa, Augo, João Melo, José Francisco, Luzia, Adalberto, Gersem, Carmen e Serejo apresentou este resultado:



**O que um Projeto Ambiental/Desenvolvi/Sustentável em área indígena deve contemplar?**

**Proteção Física**

- |   |  |
|---|--|
| 1. A vigilância dos limites de uma T.I. | 3. Proteção da integridade física dos índios |
| 2. Demarcação das terras                |  |

**Sustentabilidade Econômica**

- |   |  |
|---|--|
| 1. Ter uma base econômica de sustento                             | 5. Desenvolver método de produção comunitária          |
| 2. Levantamento dos potenciais produtivos ligados ao extrativismo | 6. Os métodos tradicionais de produção                 |
| 3. Subsistência ou geração de excedentes                          | 7. Incentivar o modo de produção usado pela comunidade |
| 4. Diversificar agricultura                                       | 8. Desenvolver extrativismo renovável                  |

**Capacitação**

- |  |  |
|--|--|
| 1. Melhorar a capacidade do Posto Indígena | 4. Capacitar as comunidades equipamento agrícolas adaptados aos costumes |
| 2. Qualificação de recursos humanos locais | 5. Formação e conscientização  |
| 3. A capacidade de apoio do Posto Indígena |  |

**Ser Piloto**

- |   |                                 |
|---|---------------------------------|
| 1. Ser facilmente aplicável à realidade | 3. A função "piloto" do projeto |
| 2. Ser facilmente reproduzível          |                                 |

**Sustentabilidade Ambiental**

- |  |  |
|--|--|
| 1. Exploração racional dos recursos existentes | 5. Manutenção dos recursos hídricos    |
| 2. Acompanhamento técnico na mineração         | 6. Manutenção dos recursos alimentares |
| 3. Manutenção dos recursos energéticos         | 7. O grau de degradação já existente   |
| 4. Melhoria de vida do homem e da natureza     |  |

**Componente Sócio-Cultural**

- |   |   |
|---|---|
| 1. Respeitar os costumes dos índios trabalharem só para dia de hoje | 10. Utilização das potencialidades do grupo-meta                          |
| 2. Clareza dos impactos sócio-culturais                             | 11. Conhecimento das especificidades culturais do grupo                   |
| 3. Conhecimento da forma de organização econômica do grupo          | 12. Respeito e utilização das experiências da população envolvida         |
| 4. A definição tradicional do espaço físico                         | 13. Realidade específica da população respeitada                          |
| 5. Diversidade étnica e regional respeitada                         | 14. Os ciclos tradicionais de produção respeitados                        |
| 6. Ter como premissa básica a vocação natural da comunidade         | 15. Preservação da cultura indígena                                       |
| 7. Respeito a vocação econômica do grupo étnico                     | 16. Respeitar a vontade da comunidade                                     |
| 8. Levantamento da vocação econômica junto com os índios            | 17. As relações sociais numa T.I.: família - aldeias - etnia              |
| 9. As técnicas tradicionais de conservação                          | 18. Conhecimentos e experiências dos habitantes                           |
|   | 19. Privilegiar a vocação tradicional do grupo (coleta, agricultura, etc) |

**Participação**

- |  |  |
|--|--|
| 1. Desenvolver parceria com órgãos ligados à agricultura           | 5. O anseio da comunidade envolvida                                |
| 2. Planejamento a partir da base                                   | 6. Decisões compartilhadas dentro da comunidade e agentes externos |
| 3. Os conflitos sociais na e no entorno da T.I.                    | 7. Planejamento participativo                                      |
| 4. Participação de membros da comunidade no levantamento ambiental | 8. As relações existentes e potenciais com o entorno               |

Na plenária que se seguiu, observou-se que os grandes temas e recomendações eram comuns a todos os grupos - planejamento participativo; análises e estudos anteriores a qualquer definição de atividades a serem desenvolvidas; conhecimento e respeito ao grupo étnico envolvido; capacitação dos índios envolvidos e de técnicos da FUNAI; questões de gerenciamento (auto-gestão, gerenciamento participativo); necessidade de parcerias; preocupação com a sustentabilidade ambiental no uso dos recursos, com a recuperação de áreas degradadas, com a sustentação econômica do grupo indígena e ainda ações no campo da saúde e educação.

Alguns grupos listaram possíveis atividades que um projeto poderia implementar - agricultura, piscicultura, apicultura... - mas o consenso foi de que a situação tem que ser estudada caso a caso.

Alguns participantes alertaram para a necessidade de se pensar em uso combinado de recursos para que haja maior probabilidade de êxito. Todas essas recomendações, no entanto, estariam voltadas para uma segunda fase, após os estudos e levantamentos feitos, já que não há como se pensar em soluções uniformes para uma área com a diversidade ecológica, étnica e cultural da Amazônia.

## **X.2. - Levantamento de dificuldades e aportes da Cooperação Técnica.**

Uma vez explicitados os elementos de um projeto ambiental pelos grupos, a seguinte tarefa foi levantar as dificuldades para se operacionalizar essas sugestões e em que a Cooperação Técnica poderia contribuir.

Os grupos trabalharam a partir dos grandes temas levantados na fase anterior e, a cada um, relacionaram as dificuldades e as possibilidades de aporte da Cooperação Técnica.





**Quais as dificuldades para a operacionalização das sugestões relativas ao Projeto Ambiental?**

**Como a Cooperação Técnica pode ajudar o Projeto a enfrentar estas dificuldades?**

1º Relacionar, a cada sugestão, possíveis dificuldades, se existirem

1º Relacionar, a cada dificuldade, o possível aporte da Cooperação Técnica

<b>Condições Prévias</b>	Pessoal com conhecimento "adequado" da comunidade	Despreparo de pessoal para gerenciamento de projeto	Viabilizar a capacitação de pessoal para realização do trabalho
Estabelecimento de prioridades em conjunto com o povo envolvido	Interlocução adequada com grupo indígena	Desenvolver projeto sem muitas mudanças na Cultura Indígena	
<b>Análises Prévias</b>	Articulação com os prováveis parceiros	Inexistência de equipe multidisciplinar	Garantir recursos para o pré-investimento
Sistematização e democratização das informações existentes	Inexistência de recursos para pré-investimentos para diagnósticos preliminares	Inexistência de metodologia apropriada	
<b>Participação</b>	Inexistência de recursos para mobilização participativas dos índios	Ausência de ações técnicas de capacitação dos índios que lhes permitam o gerenciamento	Contribuir para a mobilização e efetiva participação do grupo
<b>Identificação da(s) atividade(s)</b>	Inexistência de critérios e parâmetros para a adequação de novas alternativas à realidade sócio-cultural da etnia	Inexistência de análise apropriada sobre conhecimento e uso tradicional dos recursos disponíveis na área	Viabilizar a contratação de consultores
	Identificação de sistemas de produção que garantam o manejo sustentado	Inexistência de análises prévias	Viabilizar desenvolvimento de pesquisas/estudos junto ao público alvo
<b>Capacitação</b>	Inexistência de metodologia apropriada que combine conhecimento tradicional com novos conhecimentos		Processo contínuo de capacitação (viabilizar)
<b>Parcerias</b>	Ausência de articulação e informação	Dificuldade de coordenação na condução das parcerias	Atuar como parceiro
	Identificação de parcerias adequadas as necessidades técnica do projeto		
<b>Sugestões/estratégias</b>	Não uso de sistemas de avaliação para correção de rumos	Dificuldade de comunicação/meios de comunicação	Assegurar as condições para a documentação e divulgação das ações implementadas





**Quais as dificuldades para a operacionalização das sugestões relativas ao Projeto Ambiental?**

**Como a Cooperação Técnica pode ajudar o Projeto a enfrentar estas dificuldades?**

1º Relacionar, a cada sugestão, possíveis dificuldades, se existirem

1º Relacionar, a cada dificuldade, o possível aporte da Cooperação Técnica

	<b>Geração de Renda</b>	
<b>Dificuldade</b>		<b>Cooperação</b>
Preço baixo de produtos da "Floresta" Deficiência de sistemas de transporte do próprio grupo Pouca agregação de valor aos produtos Ausência de sistemas de armazenamento próprios Tecnologia de armazenamento Organização do grupo para otimização da produção e comercialização Resultado do valor cultural incorporado ao produto beneficiar o grupo produtor Ausência do Estado na valorização e apoio à produção indígena		Apoio a utilização de tecnologias apropriadas Apoio a identificação de mercados interno e externo Apoio à implantação de sistemas de transporte Campanhas de marketing

	<b>Cultural</b> <i>Estudo e pesquisa sobre a Organização social, cultural e econômica do grupo tribal</i>	
<b>Dificuldade</b>		<b>Cooperação</b>
Identificar técnicos que conhecem a área Definição do perfil do técnico adequado ao projeto ambiental Carência de dinheiro para custeio de estudos e pesquisas Definição da metodologia mais adequada Tempo para a realização do estudo Acesso às fontes de documentação (órgãos governamentais)		Algo mais Apoio à montagem de banco de dados sobre pesquisa/pesquisador Contratação ou cessão de técnicos para realização de estudos científicos

	<b>Planejamento</b>	
<b>Dificuldade</b>		<b>Cooperação</b>
Localização geográfica do(s) grupo(s) indígena (s) Diversidade cultural na Amazônia legal "Eleição" dos interlocutores Garantia, durante o processo de elaboração do projeto, às decisões tomadas a nível local Acesso a tecnologia adequadas para recuperação de áreas degradadas Definição da tecnologia adequada para recuperação de áreas Pessoal capacitado para planejamento participativo Transferência de conhecimentos e tecnologias Apropriação pelo grupo das "inovações" Mudanças do planejamento em decorrência do momento político-econômico Regional/Nacional/Internacional		Apoio às experiências locais Viabilizar o intercâmbio de experiências de projetos desenvolvimento sustentável Apoio à implantação de sistema de comunicação (rádio) Apoio à realização de encontros, palestras, dias de campo, etc. Contratação/Cessão de técnicos em planejamento participativo

	<b>Conhecer com Detalhes o Ecossistema</b> <i>O conhecimento ambiental do grupo sobre a área</i>	
<b>Dificuldade</b>		<b>Cooperação</b>
Métodos adequados de levantamento Acesso a documentos: mapas, imagens etc. Acesso a tecnologia de imagens satélite, aerofotogrametria Perfil do Técnico ambiental (s): DM.US\$.R\$		Capacitação de agentes locais Apoio a aquisição de equipamentos básicos

**Qualidade de Vida**

**Grupo 3**

**Quais as dificuldades para a operacionalização das sugestões relativas ao Projeto Ambiental?**

**Como a Cooperação Técnica pode ajudar o Projeto a enfrentar essas dificuldades?**

1º Relacionar, a cada sugestão, possíveis dificuldades, se existirem

1º Relacionar, a cada dificuldade, o possível aporte da Cooperação Técnica

**Proteção Física**

- Falta de vontade política do Governo para demarcações
- Burocracia da legalização versus pressão externa
- Falta de recursos financeiros
- Invasões de terras
- Oposição e Interferência negativa dos políticos regionais
- Falta de conscientização da maioria dos grupos com fiscalização das T.I.
- Isolamento das famílias que vão morar no limite
- Falta de equipamentos (aparelho rádio/barco-motor de popa/viatura-combustível)
- Carência de pessoal

Promover campanha publicitária de conscientização para as T.I.

**Sustentabilidade Econômica**

- Pessoal despreparado em técnicas produtivas
- Novas técnicas produtivas adaptadas aos índios restritas
- Infraestrutura de produção limitada
- Exploração pelo intermediário

- Capacitação em técnicas produtivas
- Pesquisa e intercâmbio
- Capacitação em auto gerenciamento

**Capacitação**

- Falta de uma política de capacitação permanente da FUNAI
- Índios que não falam português
- Falta de difusão das experiências de capacitação

- Assessorar todos órgãos envolvidos
- Capacitação bilingue
- Promoção de encontros para troca de experiências

**Sustentabilidade Ambiental**

- Alto nível de degradação já existente
- Ausência de informações locais
- Acesso a informações regionais e extra regionais
- Desenvolver X Preservar a natureza
- Falta de recursos financeiros
- Falta de ações de monitoramento e fiscalização

- facilitar a ligação entre a pesquisa e a área
- Promover o levantamento com participação
- Banco de dados regional
- Assessorar na captação de recursos

**Participação**

- Desinteresse da comunidade pelo projeto
- Desinteresse das organizações indígenas
- Divergência dos dirigentes locais
- Dificuldade de identificar lideranças
- Não ser de conhecimento da área alvo
- Preservação dos costumes em meios a novas ações introduzidas

**Componentes Sócio-Cultural**

- Pela complexidade do todo
- Mudanças na organização tradicional do grupo
- Surgimento de chefias novas não representativas
- Resistência a novas tecnologias
- Conciliar desenvolvimento e culturas tradicionais
- Falta de conhecimento do projeto pelas comunidades
- Diversidade de etnias

### X.3. - Limites da Cooperação Técnica

Depois desse primeiro nivelamento sobre o que um Projeto Ambiental deveria contemplar, as principais dificuldades para sua realização, o que o grupo esperava da Cooperação Técnica e antes de se partir para a definição de critérios para seleção de áreas, o consultor da GTZ fez uma exposição visualizada sobre os limites da Cooperação Técnica. Esta exposição foi basicamente sobre os recursos destinados a essa Cooperação e foi assim apresentada:

			e agora João?
	O aporte alemão <u>não</u> é o projeto	Limitantes pela inflação	
		Em DM - 1997 - 3% - 1998 - 6%	= DM 80.000
	2.600.000	Em R\$ - 1997 - 15% - 1998 - 32,2%	
Apoio ao Gerenciamento	Desenvolvimento sustentável nas T.I.	Custos operacionais GTZ incluindo:	
		- Perito a longo prazo	
1 Seminário (15 externos)		- Acompanhamento interno	
DM 32.000	Obrigatório: Avaliação intermediária	- Participação avaliação intermediária	
1 mês de consultoria externa (viagem incluída) DM 38.000	1 mês avaliação perito externo 1 mês avaliação perito local	- Viagens setorialista e monitoriamento interno	
1 mês de consultoria interna (viagem incluída) DM 12.000	DM 50.000	DM 1.350.000	

O consultor da GTZ esclareceu que há, por parte do Governo Brasileiro, a obrigatoriedade de uma contrapartida financeira de 10% dos recursos empregados.

A reação imediata do grupo foi de surpresa e até indignação ao constatar que dos recursos financeiros iniciais restava uma

pequena parcela para a implementação do Projeto Piloto Ambiental. Criou-se um impasse, iniciando-se então uma longa discussão.

No decorrer desta discussão, um dos participantes, a título de esclarecimento, recuperou para o grupo a história do PPTAL:

No início, o projeto, basicamente de demarcação, previa apenas o levantamento ambiental realizado em todas as áreas a serem identificadas, para que com base nele as comunidades pudessem elaborar seus próprios projetos de desenvolvimento sustentável e encaminhá-los às fontes existentes. A tentativa inicial era de que outro componente do PPG-7, o PD-A, fosse uma dessas fontes, e que essa vinculação ficasse garantida. Esta garantia, entretanto, não foi obtida. Por outro lado, os doadores condicionaram a aprovação do Projeto de Regularização Fundiária à apresentação, pela FUNAI, de dois projetos pilotos - um de saúde e outro ambiental. A FUNAI, embora resistisse a essa exigência, não teve outra alternativa que não fosse a elaboração dos dois projetos acima citados.

O de saúde, no decorrer das negociações, saiu definitivamente do PPTAL; o ambiental, planejado para a Área Indígena Raposa Serra do Sol, não foi aceito pelos doadores. Continuou a necessidade de se elaborar um Piloto Ambiental, mas já não dentro do projeto da Cooperação Financeira e sim como parte da solicitação feita à Cooperação Técnica (GTZ).

Ao final desta explanação, o grupo retornou à discussão relativa aos recursos financeiros disponíveis. Alguns pontos desta reflexão estão relatados a seguir.

O Consultor da GTZ aventou a hipótese de que se usassem recursos da Cooperação Financeira, já destinados ao PPTAL, para a implementação do(s) Piloto(s) Ambiental(is).

Esta alternativa foi imediatamente rechaçada pelo grupo por considerar que os recursos disponíveis para o PPTAL não são sequer

suficientes para a identificação e demarcação de todas as áreas indígenas na Amazônia Legal. E o grupo reforçou que demarcação é prioridade.

Houve, também, uma sugestão no sentido de que se tentasse a participação da FUNAI em outros projetos do PPG-7, como o das FLONAS (IBAMA) e o do Zoneamento Ecológico - Econômico da SAE.

Foi lembrado também que há outros projetos gerenciados pelo Banco Mundial - com recursos de empréstimo, não de doação - em que há recursos sobrando, como o caso do PRODEAGRO em Mato Grosso. A maneira compartimentada como o Banco vem gerenciando esses Projetos foi duramente criticada e foi sugerido que os doadores, que escolheram o Banco Mundial como gerente do PPG-7, se preocupem também em harmonizar o uso dos recursos nesses diversos programas.

Discutiu-se que, com os recursos limitados, poder-se-ia fazer estudos de viabilidade para obter depois recursos de outras fontes; ou que se poderia não elaborar um novo projeto, mas fortalecer os já existentes; que se deveria seguir na elaboração de uma proposta piloto que contemplasse a diversidade da Amazônia, e que depois se buscasse recursos para sua implementação.

Face ao impasse surgido, foi lembrado que o grupo estava ali reunido para exatamente discutir a oferta de Cooperação Técnica alemã; que esta solicitação ainda tem que ser preparada.

A pergunta que se colocou então foi:

### ***Aceitamos a oferta da GTZ?***

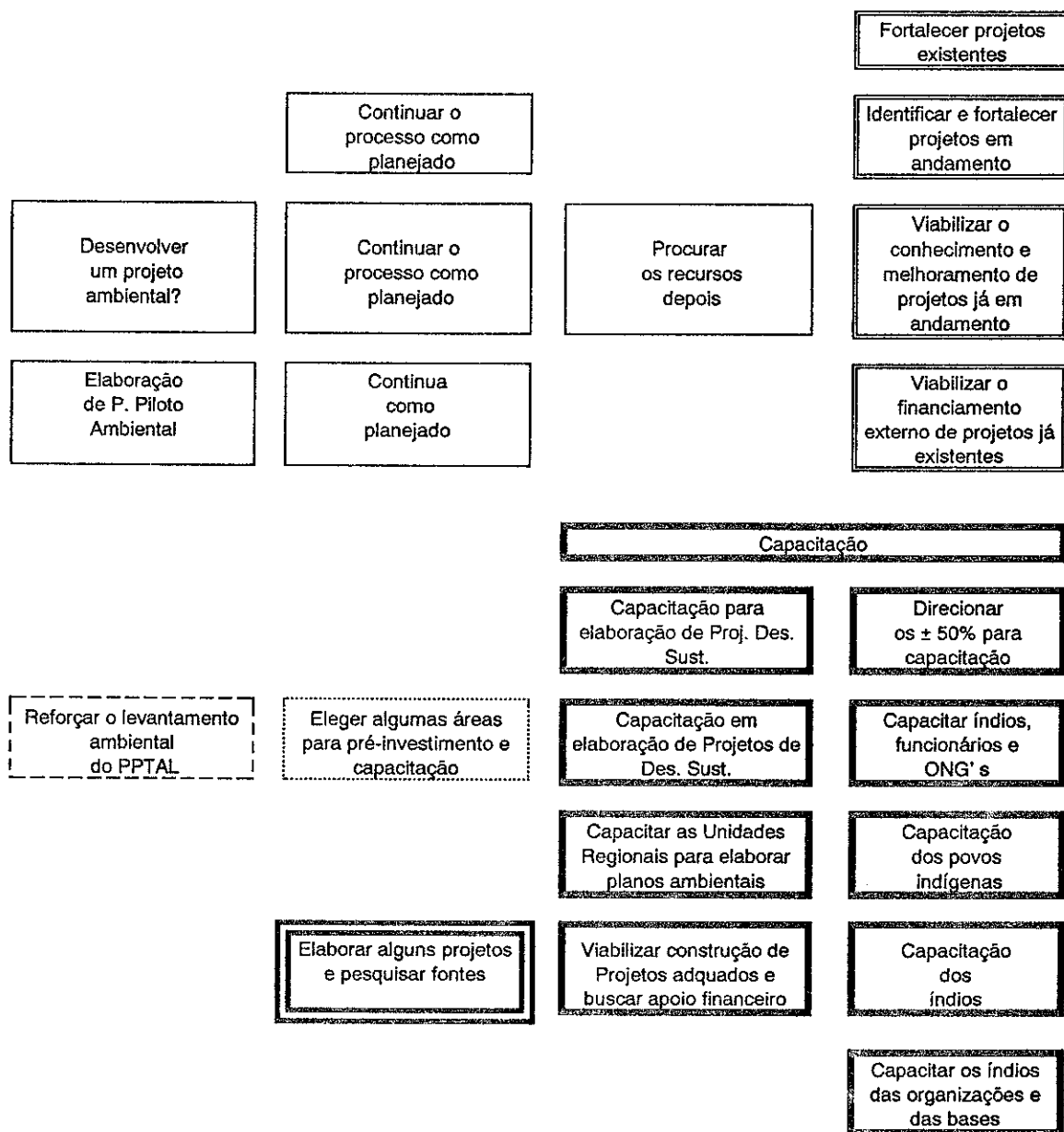
Depois do primeiro momento do debate, o grupo concluiu que a pergunta não era “Aceitamos a oferta da GTZ?”, uma vez que a



Cooperação Técnica já está atuando no Apoio ao Gerenciamento do PPTAL e como consultor independente do KfW, mas sim “Que podemos fazer com a oferta da GTZ em relação ao Piloto Ambiental?”

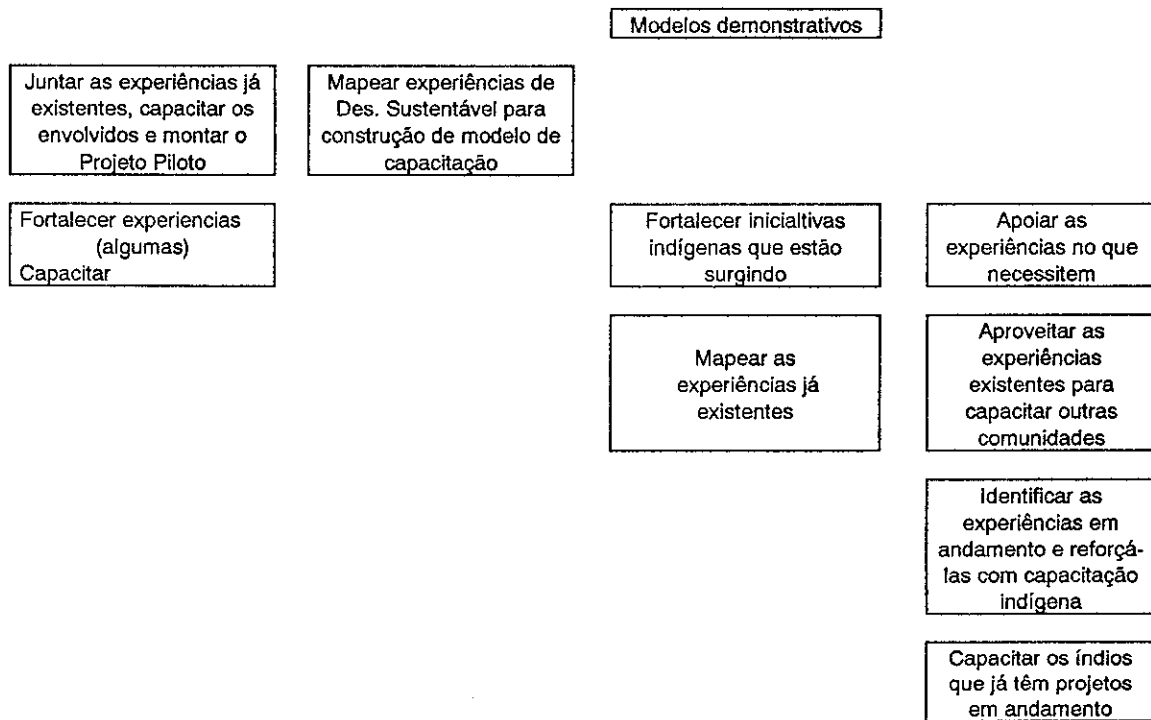
#### X.4. - Que podemos fazer com a oferta da GTZ?

Foi pedido aos participantes que respondessem em fichas a esta pergunta; as respostas foram assim agrupadas:



A seguir debateu-se os conceitos de “piloto”, “demonstrativo” e “experimental”; alguns participantes falaram da necessidade de se elaborar “modelos demonstrativos” a partir dos projetos experimentais já em andamento. Discutiu-se também sobre a “ capacitação” solicitada - que capacitação seria essa, em que, de que, para quem. Vários participantes lembraram a necessidade de se conhecer as experiências em andamento como primeiro passo para qualquer apoio, fortalecimento ou construção de modelo.

Nesse momento do debate, o quadro sintetizado das sugestões era o seguinte:





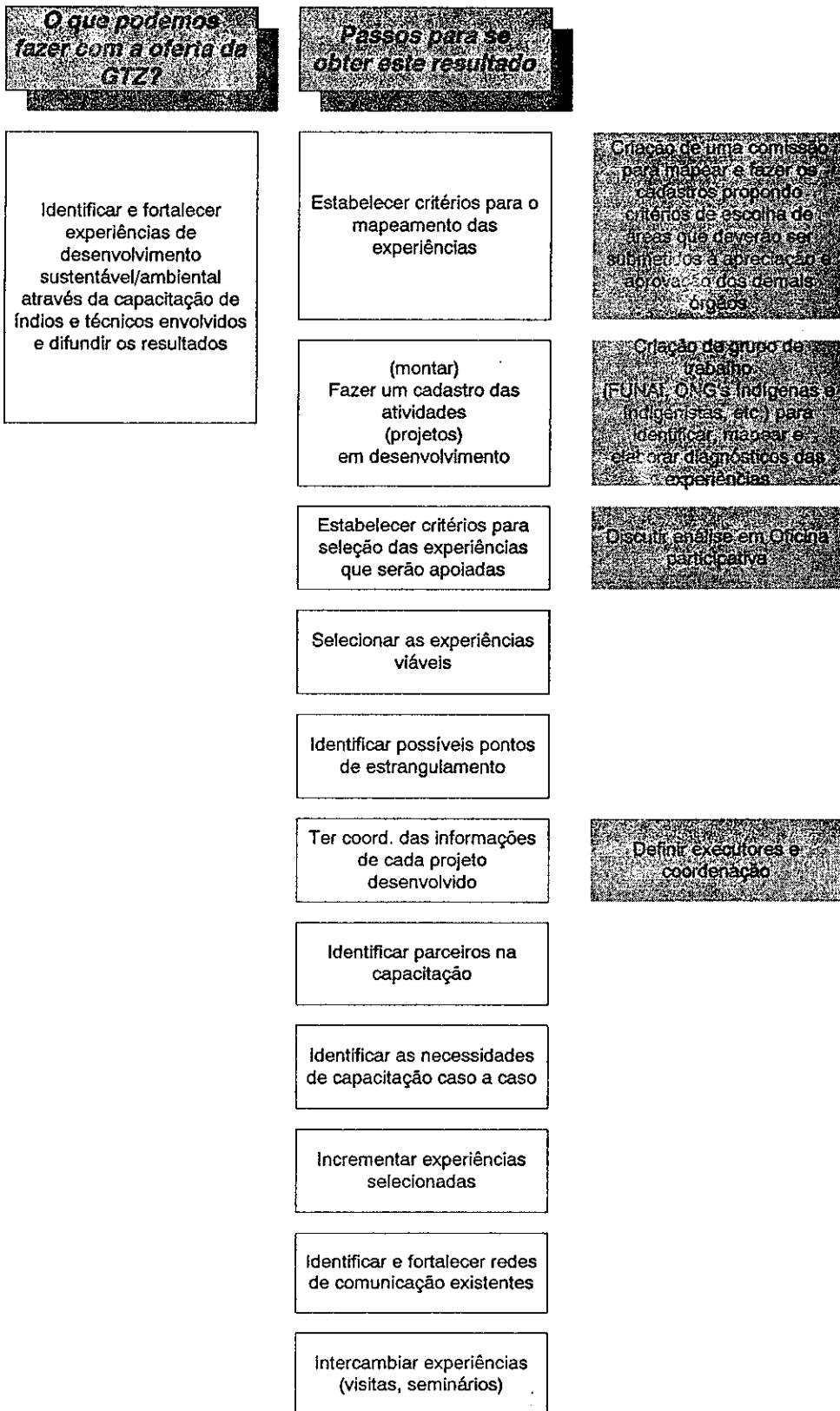
Já começava a ficar claro que não se iria elaborar um novo projeto, mas partir dos já existentes; que se iria capacitar os envolvidos nesses projetos; e que se teria que atentar para o efeito multiplicador das experiências em andamento.

Depois de algumas tentativas, o grupo chegou à seguinte formulação sobre “O que fazer com a oferta da GTZ”:

*Identificar e fortalecer experiências de desenvolvimento sustentável/ambiental através da capacitação de índios e técnicos envolvidos e difundir os resultados.*

Foi pedido então ao grupo que escrevesse os principais passos para se atingir este resultado. Os participantes escreveram individualmente suas idéias em fichas que foram discutidas e ordenadas em plenária.

O quadro final ficou assim:



## XI - Mapeamento de Experiências

Por sugestão da plenária, foi organizado um painel no qual os participantes identificaram experiências de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal de que têm conhecimento.

Instituição	Tema da Experiência		Local	
CIR	Consórcio Agro-Florestal		A.I. Raposa Serrado Sol RR	
COIAB	Alternativas econômicas na Amazônia Legal Estudo		9 Estados Amazônia Legal	
PESACRE/UNI	Desenvolvimento Agro-Florestal		A.I. Apurinã do Km 45 (BR. 31) Acre	
IAMÁ	Saúde	Educação Bilingue	A.I. Zoró	A.I. Rio Branco de Guaporé
	Alternativas econômicas	Cooperativas e Auto-gestão	A.I. Lourdes	A.I. Sete de Setembro
FUNAI e ANAÍ/BA	Elaboração de projetos segundo perspectiva de gestão territorial		A.I. Ibotirama Grupo Tuxa	
Comissão Pró-Índio do Acre	Centro de Formação dos Povos da Floresta		Rio Branco - Acre	
	Formação Professores Bilingues Agentes de Saúde	Hortas orgânicas/ Levant. ambiental/ Plantio de frutíferas em áreas degradadas		
APIR-RR	Criação de: Bovino, Ovino e Caprino		Diversas áreas indígenas	
Comunidade/FUNAI/ BODY SHOP	Produção e comercialização de óleo de castanha		Aldeia Aukre (A. Kayapó) Aldeia Pykany A. Mekrangótire	
POEMA	Agrossilvicultura Saneamento Saúde Nutrição Educação	Beneficiamento de produtos naturais	Belém-urbano Marajó Vale do Tocantins Sul do Pará	
			Mapuera T.I.	
Organização dos agricultores extrativistas Tawanawá do Rio Gregório (OAEYRG)	Consórcio Agro-Florestal (frutos, Prod. Agric., Madeiras)	Uso e comercialização de produtos derivados do urucu (sementes, bizina, colorau) em mercado local/regional e para indústria	Produção e comercialização de lâminas de Couro Vegetal	Rio Gregório - Mun. de Tarauacá - Alto Juruá Acre

Instituição	Tema da Experiência	Local			
APIR-RR	Turismo ecológico Recuperação e valorização da cultura indígena e preservação do meio ambiente e sítios arqueológicos	Área indígena São Marcos			
Ass. Indígena	Mineração	São Gabriel AM			
Org. Indígena	Peixe Ornamental	São Gabriel			
Org. Indígena	Piscicultura	Rio Tiquié Rio Negro/AM			
Universidade de Idenburg RFA	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="553 896 699 992">Apicultura Agricultura Horticultura</td> <td data-bbox="716 896 911 992">Tecnologias simples de agregar valor</td> <td data-bbox="927 896 1084 992">Pecuária Saúde Educação e Comunic.</td> </tr> </table>	Apicultura Agricultura Horticultura	Tecnologias simples de agregar valor	Pecuária Saúde Educação e Comunic.	A.I. Canela MA
Apicultura Agricultura Horticultura	Tecnologias simples de agregar valor	Pecuária Saúde Educação e Comunic.			
FUNAI São Gabriel	Criação caprinos	Comunidades Indígenas			
FUNAI São Gabriel	Criação de gado	Comunidades Indígenas			
Associação Ashaninka do Rio Amonea (APIWTXA)	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="553 1252 699 1496">Identificação de óleos, essências e outros prod. flor. (uso e benef. local e venda)</td> <td data-bbox="716 1252 911 1496">Produção e venda de artesanato tradicional</td> <td data-bbox="927 1252 1084 1496">Vigilância dos Limites da A.I. para evitar invasões</td> </tr> </table>	Identificação de óleos, essências e outros prod. flor. (uso e benef. local e venda)	Produção e venda de artesanato tradicional	Vigilância dos Limites da A.I. para evitar invasões	Mun. Marechal Taumaturgo - Rio Amonea Alto Juruá Acre
Identificação de óleos, essências e outros prod. flor. (uso e benef. local e venda)	Produção e venda de artesanato tradicional	Vigilância dos Limites da A.I. para evitar invasões			
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão (ASKARJ)	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="553 1518 699 1733">Levantamento sócio-econômico e ambiental já concluído (1991-1992)</td> <td data-bbox="716 1518 911 1733">Produção e comercialização de lâminas de couro vegetal</td> <td data-bbox="927 1518 1084 1733">Incentivo à produção e comercialização de artesanato (tecelagem com kenê)</td> </tr> </table>	Levantamento sócio-econômico e ambiental já concluído (1991-1992)	Produção e comercialização de lâminas de couro vegetal	Incentivo à produção e comercialização de artesanato (tecelagem com kenê)	Rio Jordão Município Jordão Acre
Levantamento sócio-econômico e ambiental já concluído (1991-1992)	Produção e comercialização de lâminas de couro vegetal	Incentivo à produção e comercialização de artesanato (tecelagem com kenê)			
Comunidade/FUNAI/AVA	Processamento de matéria prima	Parque Indígena do Xingu			
Comunidade/FUNAI/AVA	Comercialização de excedentes	Parque Indígena do Xingu			

Instituição	Tema da Experiência		Local
Comunidade/FUNAI	Mel de Abelha		Aldeia Rikô/PQXIN
Comunidade/FUNAI/AVA	Perenização de linhas demarcatórias		Parque Indígena do Xingu
Comunidade/FUNAI	Bovinocultura		Parque Indígena do Xingu
UNI-AC	Saúde		Acre/Sul do Amazonas
FUNAI Comunidade Javaé OCB-OCT	Cooperativa indígena (já criada) Forma de organização do grupo para uso racional dos rec. naturais		Ilha do Bananal Estado do Tocantins
Instituto Sócio-Ambiental ISA	Manejo florestal sob regime de rendimento sustentado da A.I. Xikrin do Cateté		Sul do Pará
Instituto Sócio-Ambiental ISA	Diagnóstico Sócioambiental visando zoneamento econômico ecológico		Alto Rio Negro AM
Não Institucional (está) Ronaldo	Recuperação de áreas degradadas e construção de sistemas agroflorestais múltiplos Grãos-fruticultura-silvicultura-bovinocultura e peq. animais Infraestrutura e extensão		Acre
CTI	Agricultura orgânica regenerativa	(CTI + USP) Educação Vídeo	Cerrado : - Terena - MS
CTI	Garimpo manual sem mercúrio	(CTI + USP) Educação Vídeo	Floresta: - Waiápi - Amapá
CTI	Coleta e beneficiamento de frutos do cerrado	(CTI + USP) Educação Vídeo	Cerrado: - Krahô e Sindic. Rurais - Goiás/Tocantins
CTI	Manejo de palmitos na Mata Atlântica (em estudos)		Mata Atlântica: - Guarani - Serra do Mar
FUNAI	Pequenos projetos de bovinocultura		T.I.'s do Mura e Mundurucu na Bacia Rio Madeira
FUNAI/PWA	Projeto criação de gado bovino		T.I. Waimiri/Atroari
FUNAI/PWA	Criação de quelônios		T.I. Waimiri/Atroari

## **XII - Avaliação**

### **XII.1. - Comitês diários**

O Comitê de Avaliação do 1º dia, composto por Sandra, José Augusto, Joel, Ronaldo e Noraldino, destacou pontos fortes e fracos daquele dia, visualizando sua apresentação.

<b>Pontos Fracos</b>
Nivelamento insuficiente de informações
Ausência de participantes
Falta assiduidade de alguns participantes
Dificuldade de entendimento da apresentação da experiência de cooperação (língua e visual)
Informação insuficiente sobre a representatividade regional
Pouco esclarecimento da estratégia de trabalho
Volume grande de informações X pouco tempo

<b>Pontos Fortes</b>
Conhecer experiência de outro país
Participação do grupo
Método da ficha
Ampliação do nº de participantes

Este Comitê sugeriu que os participantes visualizassem sua apresentação (nome, onde trabalha) em painel. Esta sugestão foi acatada pelo grupo, conforme descrito no item II deste relatório.

O Comitê de Apoio e Vitalização do 1º dia, do qual participaram Serejo, Caetano, João Melo, Zé Francisco e Luzia fez uma intervenção contando piadas para descontrair o grupo, na manhã do 2º dia.

A avaliação do 2º dia foi feita por Meirelles, Regina, Ana, Virgínia, Roberto e Marcelo e também foi visualizada em pontos fortes e fracos.

<b>Pontos Fracos</b>
Alimentação (lanche) adaptado ao homem da Amazônia
Adiar discussões em função do programado
Criar expectativas, sem repassar informações importantes
Visão individualista de alguns participantes
Não entendimento dos reais objetivos da reunião
Visualização: zona de cartão, letra ruim, etc...
Assiduidade

<b>Pontos Fortes</b>
Apesar de fora do tempo...os esclarecimentos do Augusto
O jantar financiado
A informação do Helmut: "Índio? que interessante"
Concordar que o Piloto Ambiental não deve comprometer a regularização fundiária
Disponibilidade do grupo em procurar alternativas para o P. Ambiental

O pessoal do apoio e vitalização (Slowacki, Lídio, Gersem, Alfredo e Carmen) também escalou um representante para contar piadas que produziram boas gargalhadas no grupo.

## XII.2. - Avaliação Final

Ao final do 3º dia foi solicitado aos participantes que fizessem sua avaliação final, em fichas, respondendo às perguntas "O que foi bom" e "O que precisa ser melhorado". As contribuições são individuais e anônimas.

### **O que foi bom**

- |  |   |
|--|---|
| 1. A participação e informações sobre outras experiências  | 23. A extrema paciência das moderadoras   |
| 2. Riqueza de conteúdo das discussões (informações)  | 24. O caráter eminentemente participativo da Oficina no planejamento                        |
| 3. A iniciativa de convidar algumas organizações indígenas   | 25. Alguma informação (pouca ainda) sobre o PPG-7 - O programa maior                        |
| 4. O espírito de companheirismo e de interesse no decorrer dos trabalhos                                 | 26. O apoio logístico   |
| 5. Ter participado dos trabalhos   | 27. O jantar do Augusto   |
| 6. O desempenho do método utilizado  | 28. Resultados alcançados   |
| 7. A condução pelas moderadoras  | 29. O resultado final   |
| 8. Encontrar antigos companheiros  | 30. A disposição dos chamados a último momento de participação                              |
| 9. Grupo muito interessado pela causa  | 31. Diversidade de participantes  |
| 10. A sofrida capacidade de ultrapassar os obstáculos encontrados  | 32. O rol participativo da platéia na reformulação da estratégia da Oficina de Planejamento |
| 11. O nível de participação do grupo no decorrer do seminário  | 33. Independência de Vanessa e Odília   |
| 12. No jantar: o camarão   | 34. As moderadoras organizando o caos   |
| 13. Nível temático   | 35. As piadas   |
| 14. Desempenho do grupo  | 36. A mudança dos objetivos a partir da base - deve-se esperar respeito.                    |
| 15. Participação de representantes indígenas   | 37. A representatividade  |
| 16. O nome da sala: tatú-canastra. Muito apropriado, você cava mas nunca alcança - ele cava mais ligeiro | 38. O sacrifício das ADR's mandando representantes  |
| 17. A simpatia da coordenação  | 39. Autonomia do grupo para definir outra coisa que não estava no programa                  |
| 18. A condução dos trabalhos para resolver o impasse   | 40. Visualização  |
| 19. A moderação para corrigir os rumos do trabalho   | 41. Contar com outras pessoas (ONG's, índios), ampliando assim a participação               |
| 20. Análise crítica  |   |
| 21. Boa participação dos integrantes   |   |
| 22. Metodologia boa  |   |



### **O que precisa ser melhorado**

1. O nivelamento das informações antes da Oficina
2. Maior número de participantes indígenas
3. Falta de objetividade do encontro
4. Critério da condução dos temas
5. Falta de troca de experiências
6. Muita discussão e poucos resultados nas bases
7. Muitos conteúdos e pouco tempo
8. Pouco tempo para as discussões
9. Maior informação sobre o PPG-7. O que tem para cada Estado, etc...
10. Ampliar a participação de índios, ONG's, Órgão Públicos ligados à questão
11. Poucos representantes indígenas
12. Horário de entrada no alojamento
13. A falta de participação do representante do IAMÁ
14. Que os fumantes respeitem as normas pré-estabelecidas
15. Que haja pontualidade nos horários
16. Calor e barulho
17. O fornecimento de informações
18. Organização local/Seminários X local/ Dormitório X Refeições (estafante)
19. Organização do evento
20. Lanche alternativo: açaí, manga, pupunha, etc...
21. Mais jantares no Bargaço
22. Não priorizar T.I. mais sujeitas a conflitos e invasões
23. Desconhecimento por parte do grupo dos passos anteriores (o que já foi feito)
24. Insuficiência de encontros ou outras formas de repasse do programa às ADR's
25. Pressa nos encaminhamentos
26. Oficina atropelada pela falta de melhores informações
27. Todas as informações sobre cooperação técnica desde o início
28. Evitar informação em dose homeopática geradora de descontentamento
29. Convidar participantes com maior antecedência
30. O fluxo de informações para participantes
31. O lanche
32. O nível de linguagem da coordenação que deverá ser mais acessível à compreensão dos índios
33. As informações preliminares
34. Não passar informações importantes antes da Oficina iniciar trabalhos
35. As experiências deveriam ser explanadas no início
36. O relato de experiência foi fora da realidade Amazônica
37. Que o jantar não tenha acontecido no dia 15/09/95
38. Maior tempo para a "Oficina". Muito rápido e cansativo = ± improdutivo
39. Definir com cuidado e antecipação quais os reais objetivos da Oficina
40. Pouco tempo para se questionar assuntos de vital importância
41. A representatividade indígena (ampliar)
42. O tratamento diferenciado dos participantes em assuntos financeiros
43. O barulho do ar condicionado ou a perspectiva de sufoco pelo calor
44. A falta de tempo para acertar assuntos logísticos
45. Irresponsabilidade de convidados (alguns), pela pouca frequência
46. A dificuldade em concentrar-se no plenário
47. O lanche não teve beiju e cuscuz
48. Distribuição do material fornecido na primeira Oficina para as ADR's
49. Assiduidade de participantes
50. Não termos escolhido a área a ser atendida

### **XIII - Encerramento**

O encerramento da Oficina foi feito pelo Presidente da FUNAI, Márcio Santilli, que agradeceu a todos os presentes, informou que as últimas tramitações burocráticas para repasse dos recursos do PPG-7 à FUNAI já estavam sendo resolvidas e demonstrou o apoio da Presidência ao trabalho da Oficina.



O representante da Associação dos Povos Indígenas de Roraima, Alfredo, pediu ao novo presidente da FUNAI que ouça e valorize os servidores de área, os que trabalham na ponta e que conhecem a realidade. Que a FUNAI apóie a organização dos índios e termine com o paternalismo, herança antiga. Disse que a FUNAI, muitas vezes, alegando o respeito à vontade dos índios, é omissa e permite que ocorram situações desastrosas. Lembrou que a FUNAI, como órgão tutor dos índios, tem muitas vezes que ser firme e dizer não. Falou ainda da presença maléfica das igrejas nas áreas indígenas, que desagregam as comunidades e manipulam os tuxauas que, muitas vezes, acabam fazendo papel de palhaços. Pediu à FUNAI que apóie as iniciativas dos índios, que saia da passividade, que use seu poder de decisão e de polícia.

O presidente respondeu que quer promover a reestruturação da FUNAI, um órgão com estrutura sucateada e cujo orçamento vem sendo cada vez mais esvaziado. A reestruturação vem sendo pedida pelos funcionários que já têm um documento preparado sobre esse assunto. Mas não será uma reestruturação burocrática, no papel, mudando caixinhas de lugar. Deverá partir da formulação de programas regionais nos quais se determinarão as necessidades concretas de cada região; a partir dessas necessidades deverá ser redesenhada a instituição. Esse trabalho será feito com todos os parceiros na questão indígena. Garantiu que as bases serão ouvidas, mas sem cair num basismo leve - “é preciso separar heróis e vilões”.

Enfatizou que esse trabalho não será fácil nem rápido, mas que espera contar com todas as parcerias para alcançar o resultado desejado.



Ao final deste relatório, gostaríamos de parabenizar o grupo pela maturidade com que enfrentou as dificuldades desta Oficina conseguindo, apesar de momentos de fortes reversões de expectativas, encontrar alternativas de solução para o componente “projeto(s) de desenvolvimento sustentável” da Cooperação Técnica.

*Brasília, 20 de setembro de 1995.*

*Maria Odília A. Ribeiro de Oliveira*  
**Maria Odília A. Ribeiro de Oliveira**

*Mara Vanessa Fonseca Dutra*  
**Mara Vanessa Fonseca Dutra**

**Diagramação e Editoração Eletrônica:**  
**Andrey Bernardes Pousa Corrêa**

## Anexo I

### Lista de Participantes

Nome	Onde trabalha	End. para correspondência
Alfredo Bernardo Pereira da Silva	APHZ	Associação dos Povos Indígenas de Roraima R. Carlos Natroot, 1737 - Liberdade Boa Viata/RR 69.305-250 fone: (095) 225-1044
Ana Lange	Minist. do Meio Amb. dos Rec. Hídr. e da Amaz. Legal	Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal Esplanada dos Ministérios - Bloco B - 6º andar Brasília/DF fone: 317-1163
André Villas-Bóas	Inst. Sócio- Ambiental	Av. Higienópolis 901 - Higienópolis São Paulo/SP
Antonio Gomes Pereira	Adm. Reg da ADR do Araguaia/MT	QNL 5 Conj. H Casa 15 Taguatinga Norte/DF
Artur Nobre Mendes	FUNAI	SRTVS - Bloco A Ed. Lex 3º andar Brasília/ DF 70.330.000
† Augo Knoke	FUNAI/CGPE	SHIS QI 3 Conj 06 Casa 15 Brasília/DF 71.605-260 fone: 365-3619 fax: 226-7500
Carmen Tereza Florêncio	IBAMA/DIREC	SAIN - Av. L4 Brasília/DF 70.800-900
Gersem José dos Santos Luciano	FOIRN	Av. Álvaro Maia, 524 São Gabriel da Cachoeira/AM 69.750-000
Helmut Eger	GTZ	Eschborn P.F.5180 fone: 0049-6196-791312 Alemanha
João Melo	FUNAI	R. Manoel Leão Lins Atalaia do Norte/AM (092) 417-1158//236-6540
Joel Bezerra Ribeiro	FUNAI/ADR	Av. Mendonça Furtado 333 - Centro Macapá/AP fone: (096) 222-2248
José Adalberto Silva	CIR/RR	fone: (095) 224-57-61
José Augusto Lopes Pereira	FUNAI	SRTVS - Bloco A Ed. Lex 3º andar Brasília/ DF 70.330.000
José Batista Pessoa	Oper. do Prog. de Coop. Téc. Brasil/RFA	Agência Brasileira de Cooperação - MRE, Esplanada dos Ministérios, Anexo I do Itamaraty - 8º andar Brasília/DF 70.170-900
José Carlos dos R. Meirelles Jr.	Sertanista/ADR	Av. Marechal Deodoro s/n - Centro Feijó/AC 69.960-000
José Francisco Pereira Vieira	ADR	Av. Dom Pedro Massa, 263 São Gabriel da Cachoeira/AM 69.750-000
José Sinval Vilhena Paiva	POEMA	Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia Campus Universitário do Guamá - UFPA Setor Profissional - Casa do POEMA Belém/PA 66.075-900 fone: (091) 211-1686//87

Luiz Augusto M. de Azevedo	CTA	Centro dos Trabalhadores da Amazônia Av. Epaminondas Jacome 1427 Rio Branco/AC 69.900-000 fone: (068) 224-8231 fax: 224-1249 Email: CTA@AX.IBASE.ORG.BR
Luzia da Costa Caldas	ADR	Av. da Amizade, 789 - Centro Tabatinga/AM 69.640-000 fone: 412-2542
Marcelo P. Iglesias	CPI/ACRE	Comissão Pró-Índio do Acre R. Pernambuco 964 - Bosque Rio Branco/AC 69.907-580 fone: (068) 224-1426 fax: (068) 224-0857
Maria Eliza Leite	FUNAI	SRTVS - Bloco A Ed. Lex 1º andar Brasília/DF 70.330.000
Mauro de Mello Leonel Júnior	IAMÁ	Instituto de Antropologia e Meio Ambiente - Cooperação Técnica do PNUD/Planoflôro R. Afonso Vaz 454 São Paulo/SP 05.580-002 fone: (011) 211-6724
Neila Soares	FUNAI	MLN 9 Conj. 2 Casa 1-A - Setor de Mansões Lago Brasília/DF 71.540-090
Nelson Cesar Destro Júnior	FUNAI	SRTVS - Bloco A Ed. Lex 1º andar Brasília/DF 70.330.000
Nerci Caetano Ventura	FUNAI	R. Coronel José Porfírio, 2533 Altamira/PA fone: (091) 515-1829//1021
Nilton Luiz Cosson Mota	Grupo PESACRE	Conj. Village Macier - Rua Iracema Q. 11, Conj 08 Rio Branco/AC fone: (068) 224-1599 fax: (068) 223-1724
Noraldino Vieira Cruvinel	FUNAI/BSB/DID	QSB 9 Casa 31 Taguatinga/DF fone: 226-8211 R. 296 352-1635
Otilia Mª Corrêa da E. Nogueira	FUNAI/CGEP	SRTVS - Bloco A Ed. Lex 3º andar Brasília/DF 70.330.000
Raimundo C. Campos Serejo		Av. Joaquim Nabuco, 294 - Centro Manaus/AM fone: 233-7103 FAX: 633-1132
Regina Celia Fonseca Silva	FUNAI/ADR/DFU	Ten. Padre Iuriquio, 2315 Belém/PA fone: 225-3855 fax: 223-6372
Regine Shonenberg	Coord. do PP/G-7 GTZ	P.O.Box 5180 Eschborn 65.726 fone: 0049-6196-79-6248
Ricardo Tarifa	Banco Mundial	SCS Q.1 Ed. Morro Vermelho 8º andar Brasília/DF
Roberto C. da Costa	FUNAI/Adm. Regional	Folha 31 Q. 1 Lote 1 e 2 Nova Marabá/PA 68.507-530 fone: (091) 322-1799
Ronaldo Lima de Oliveira	Téc. de Indigenismo/ADR	Caixa Postal 122 Rio Branco/AC 69.911-080
Sérgio Brant Rocha	IBAMA/DIREC	SAIN - Av. L4 Brasília/DF 70.800-900
Sandra Ayres	FUNAI	SRTVS - Bloco A Ed. Lex 3º andar Brasília/DF 70.330.000 fone: 226-7500
Sebastião A. R. Manchineri	COIAB	fone: (092) 223-0418 fax: (092) 233-0209
Slowacki de Assis	CGPE/FUNAI	Fone: 226-7500
Virginia M. Valadão	Centro de Trab. Indigenista	R. Fidalga 548 sala 13 São Paulo/SP fone: (011) 813-3450 fax: 813-0747

## Anexo II

### Siglas

<b>A.I.</b>	Área Indígena
<b>ADR</b>	Administração Regional
<b>ANAI</b>	Associação Nacional do Índio
<b>APIR/RR</b>	Associação dos Povos Indígenas de Roraima
<b>AVA</b>	Associação Vida e Ambiente
<b>CGPE</b>	Coordenação Geral de Projetos Especiais
<b>CIR</b>	Conselho Indígena de Roraima
<b>COIAB</b>	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
<b>CPI/AC</b>	Comissão Pró-Índio do Acre
<b>CTA</b>	Centro dos Trabalhadores da Amazônia
<b>CTI</b>	Centro de Trabalho Indigenista
<b>DFU</b>	Divisão Fundiária
<b>DID</b>	Departamento de Identificação
<b>DPI</b>	Departamento do Patrimônio Indígena
<b>FOIRN</b>	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
<b>FUNAI</b>	Fundação Nacional do Índio
<b>IAMÁ</b>	Instituto de Antropologia e Meio Ambiente
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis
<b>ISA</b>	Instituto Sócio Ambiental
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
<b>PESACRE</b>	Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre
<b>POEMA</b>	Pobreza e Meio Ambiente
<b>POXIN</b>	Parque Indígena do Xingu
<b>PWA</b>	Projeto Waimiri/ Atroari
<b>SCA</b>	Secretaria de Coordenação da Amazônia Legal
<b>T.I.</b>	Terra Indígena
<b>UNI/AC</b>	União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo